



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Piçarras

Inquérito Civil n. 06.2018.00001222-2

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA N. 002/2021:

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PARA ASSEGURAR QUE O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS DÊ CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 6º, § 2º, II, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 117/17, E CRIE CARGOS EXCLUSIVOS PARA COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO, OS QUAIS DEVERÃO SER OCUPADOS POR SERVIDORES EFETIVOS DE CARREIRA, BEM COMO DEFLAGRE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE TAIS CARGOS E, APÓS, REALIZE A NOMEAÇÃO DOS APROVADOS.

 O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO SANTA CATARINA, representado neste ato pelo Promotor de Justiça signatário, **Pablo Inglês Sinhori**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fulcro nos artigos 127, *caput*, e 129, II e III, da Constituição Federal; 25, IV, e 26, I, ambos da Lei n. 8.625/93; 1º, IV, 5º, § 6º, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; 31 e 37, II, da Constituição Federal; 21, I, e 113, I e II, da Constituição do Estado de Santa Catarina; 6º, § 2º, II, da Lei Complementar Municipal n. 117/17; e nas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nos julgamentos do Tema n. 1010 e do Recurso Extraordinário n. 1.264.676; e o **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ



T

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Piçarras

sob n. 83.102.335/0001-48, sediado na avenida Emanuel Pinto, n. 1655, centro, Balneário Piçarras/SC, representado neste ato pelo atual Prefeito, **Sr. Tiago Maciel Baltt**, nos autos do **Inquérito Civil em epígrafe**, em trâmite na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Piçarras/SC, e

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 37, estabeleceu que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, e o art. 21, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina, estabelecem que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em Lei como sendo de livre nomeação e exoneração;

CONSIDERANDO que, de acordo com o regramento constitucional acima citado, a criação de cargos em comissão ocupa posição de exceção à regra do concurso público como principal forma de acesso ao serviço público, destinando-se apenas às atribuições de chefia, direção e assessoramento, e desde que haja uma relação de inequívoca confiança e filiação ideológica entre nomeante e nomeado;

CONSIDERANDO que o STF, no Tema n. 1010, definiu que:

- a) a criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais;
- b) tal criação deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado;
- c) o número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar;
- d) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Piçarras

clara e objetiva, na própria lei que os instituir.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no art. 31, *caput*, estabeleceu que *"a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei"*;

CONSIDERANDO que a Constituição do Estado de Santa Catarina, no art. 113, incisos I e II, prevê que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública municipal, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, é exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO que o município de Balneário Piçarras instituiu seu órgão de controle por meio da Lei Complementar Municipal n. 117/17, a qual *"dispõe sobre a organização do Sistema de Controle Interno no município de Balneário Piçarras e dá outras providências"*;

CONSIDERANDO que referida Lei assim dispõe sobre a estrutura administrativa e de pessoal do órgão de controle interno:

Art. 6º O Órgão Central do Sistema de Controle Interno será composto unicamente por servidores investidos em cargos de provimento efetivo, com curso superior em Direito ou Contabilidade, cuja habilitação seja compatível com a natureza das respectivas atribuições.

§ 1º As categorias profissionais deverão possuir competências, habilidades e atitudes condizentes com as atribuições de coordenação do Sistema de Controle Interno.

§ 2º Legislação específica disporá sobre:

I - A inclusão do Órgão Central do Sistema de Controle Interno e dos demais Órgãos e/ou Entidades dos Órgãos de Controle Interno na estrutura administrativa do Município;

II - A criação de cargos e funções exclusivos para os Órgãos de Controle Interno, com competências, habilidades, atitudes, atribuições, carga horária e remunerações.

CONSIDERANDO que o inciso I do § 2º, acima transcrito, foi cumprido pela Lei Complementar Municipal n. 70/13 (art. 3º, inciso I, alínea "d", e

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Piçarras

art. 8º), que incluiu a Controladoria Interna no rol de órgãos integrantes da administração direta do Poder Executivo de Balneário Piçarras, mas que o disposto no inciso II do mesmo dispositivo (grifado), ainda não foi efetivado, já passados quatro anos desde a edição da LCM n. 117/17;

CONSIDERANDO que, atualmente, a única servidora atuante na Controladoria Interna do Poder Executivo de Balneário Piçarras é Sandra Maria Luizão Marques, servidora efetiva ocupante do cargo de advogada do município, que recebe gratificação para cumprir o mister de Controladora-Geral Interna (Portaria n. 546/2021);

CONSIDERANDO, contudo, que as atividades da controladoria interna, em razão de serem de natureza fiscalizatória dos atos do gestor público, notadamente com o fim de garantir sua idoneidade e lisura do controle, em observância ao princípio constitucional da moralidade administrativa, não podem ser atribuídas a servidor admitido sob o vínculo de confiança;

CONSIDERANDO, ademais, que, além das atribuições eminentemente técnicas, o controlador deve possuir autonomia em suas funções, sem estar ligado por laços de afinidade com o administrador público e sem estar submetido aos seus desmandos, sob pena de parcialidade em suas manifestações e decisões (Recomendação n. 6/2020/CECCON);

CONSIDERANDO que, para que o controle interno da administração seja eficaz, é necessário que ele funcione constantemente, conforme o planejado, e que seja conduzido por servidor de carreira do órgão, e não por ocupantes de cargos ou funções de livre nomeação e exoneração (Recomendação n. 6/2020/CECCON);

CONSIDERANDO que outro fator que compromete o exercício das atividades inerentes ao controle interno, com imparcialidade, por servidores comissionados ou efetivos com função gratificada, é o receio de eventual exoneração ou perda do acréscimo pecuniário percebido em razão do exercício da função de confiança (Recomendação n. 6/2020/CECCON);

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Piçarras

CONSIDERANDO que tal entendimento foi ratificado recentemente, em 8.6.20, pelo Supremo Tribunal Federal, que, ao julgar o Recurso Extraordinário n. 1.264.676, interposto pelo MPSC, declarou a inconstitucionalidade de dispositivos de lei municipal de Belmonte/SC, que admitiam o exercício do controle interno por cargos comissionados ou funções gratificadas, e entendeu que mesmo um servidor efetivo não pode ser nomeado para chefiar o setor de controle interno em função de confiança, pois "*o cargo de Controlador Interno desempenha funções de natureza técnica, para cuja realização não se faz necessária prévia relação de confiança entre a autoridade hierarquicamente superior e o servidor nomeado, que justifique a contratação por meio de provimento em comissão ou função de confiança, eis que ausente, na hipótese, qualquer atribuição de comando, direção, chefia ou assessoramento*" (ADI n. 8000401-24.2017.8.24.0000);

CONSIDERANDO que os cargos que compõem o quadro de pessoal da Controladoria Interna devem ser exercidos exclusivamente por servidores efetivos que ingressarem nos quadros municipais por meio de concurso público específico para essas funções, e não por servidores comissionados ou efetivos com função gratificada, e havendo necessidade da imediata efetivação do disposto no art. 6, § 2º, II, da LCM n. 117/17, de Balneário Piçarras;

CONSIDERANDO que, em 23.7.21, o município de Balneário Piçarras editou a Lei Complementar n. 179/21, que extinguiu o cargo em comissão de Controlador-Geral do município e criou o cargo efetivo de Controlador Interno do município, cujos efeitos dar-se-ão após o provimento do novo cargo efetivo;

CONSIDERANDO, porém, que a LCM n. 117/17, art. 6º, § 2º, inciso II, mesmo após a alteração promovida pelo art. 2º da LCM n. 179/21, menciona "servidores" e "cargos", no plural, justamente porque o desempenho dos trabalhos em órgão tão relevante não pode ser realizado por uma única pessoa;

RESOLVEM:

Celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85; arts. 31 e 37, II, da

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Piçarras

Constituição Federal; arts. 21, I, e 113, I e II, da Constituição do Estado de Santa Catarina; arts. 6º da Lei Complementar Municipal n. 117/17 e 2º da LCM n. 179/21; e art. 25 do Ato n. 395/2018/PGJ, mediante as seguintes cláusulas:

I – Das obrigações do município de Balneário Piçarras/SC
(COMPROMISSÁRIO):

1ª Obrigação:

a) compromete-se a, na próxima reforma administrativa do município, adotar as medidas tendentes à efetivação do disposto no art. 6º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar Municipal n. 117/17, mesmo após a alteração efetivada pelo art. 2º da LCM n. 179/21, notadamente para que, além do cargo de Controlador Interno do município (criado pela Lei Complementar Municipal n. 179/21), sejam criados outros cargos (no mínimo mais um) exclusivos para composição do órgão de controle interno, com competências, habilidades, atribuições, carga horária e remunerações, a serem preenchidos, exclusivamente, por servidores efetivos de carreira no órgão (aprovados em concurso específico para tais funções), adequando-se a unidade de controle interno aos ditames das Constituições Federal e de Santa Catarina;

b) em virtude das vedações constantes da Lei Complementar Federal n. 173/20, a reforma administrativa e/ou a legislação de criação dos cargos deverá ser publicada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 1º.1.22;

c) após o provimento do cargo de Controlador Interno do município (2ª Obrigação), e até que ocorra a reforma administrativa (que criará outro[s] cargo[s] para compor o órgão), o município compromete-se a relatar um assistente administrativo (preferencialmente com formação/experiência em Direito, Administração ou Contabilidade), e, se necessário, um estagiário, para laborar na Controladoria Interna do município.

2ª Obrigação:

a) compromete-se a, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Piçarras

de 1º.1.22, deflagrar edital de concurso público de provas, ou de provas e títulos, para preenchimento do cargo de Controlador Interno do município;

b) compromete-se a, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a implementação da reforma administrativa (1ª Obrigação, itens "a" e "b"), deflagrar edital de concurso público de provas, ou de provas e títulos, para preenchimento do(s) outro(s) cargo(s) que será(ão) criado(s) para a Controladoria Interna Municipal.

II – Compromisso a cargo do Ministério Público:

O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de caráter coletivo contra o **COMPROMISSÁRIO**, relacionada ao presente ajustamento, caso o presente compromisso seja integralmente atendido.

III – Disposições Finais:

Das sanções civis em caso de descumprimento do ajuste:

a) o descumprimento de quaisquer das obrigações constantes do presente compromisso **sujeitará o COMPROMISSÁRIO** ao pagamento de multa no importe de R\$ 300,00 (trezentos reais) por dia de descumprimento, independente de qualquer interpelação ou notificação, exigível enquanto perdurar a violação e com a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo INPC até o efetivo adimplemento, sem prejuízo de eventual ajuizamento de ação executiva específica para cobrar-se o fiel cumprimento das obrigações, caso não respeitados os prazos e as formas aqui previstos;

b) os valores da multa deverão ser revertidos em benefício do **FUNDO PARA A RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS (FRBL)** de que trata a Lei Federal n. 7.347/85 (art. 13), e o Decreto Estadual n. 808/12.


Por fim, as questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de Balneário Piçarras.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, em duas vias de igual teor, com eficácia de título

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Piçarras

executivo extrajudicial, nos termos dos arts. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e 784, IV, do Código de Processo Civil, não constituindo condição de eficácia da presente avença a homologação, pelo Conselho Superior do Ministério Público, do arquivamento do Inquérito Civil n. 06.2018.00001222-2, consoante disposto no art. 35 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Balneário Piçarras, 27 de agosto de 2021.


Pablo Inglez Sinhori
Promotor de Justiça


Tiago Maciel Baltt
Prefeito de Balneário Piçarras


Ricardo Matiello – OAB/SC n. 40.208
Procurador-Geral do município de Balneário Piçarras

Testemunhas:


Isabelle Cardoso Ricardo – Assistente de Promotoria de Justiça
Fernanda Thais Bunning – Assistente de Promotoria de Justiça

